

Affonso Celso Favoretto

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIIS

2ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8516-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Favoretto, Affonso Celso.

F272 Princípios constitucionais penais./ Affonso Celso Favoretto./ 2ª ed. rev., atual. e ampl./ Curitiba: Juruá, 2019.

272p.

1. Direito penal. 2. Direito constitucional I. Título.

11415744

00078

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS.....	21
Capítulo 2 O DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	27
Capítulo 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E CLÁUSULAS PÉ-TREAS.....	31
Capítulo 4 BEM JURÍDICO-PENAL.....	35
1 CONCEITO E NOÇÕES GERAIS.....	35
2 RELAÇÃO DO BEM JURÍDICO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS.....	36
3 BEM JURÍDICO-PENAL E CONSTITUIÇÃO.....	37
4 BEM JURÍDICO-PENAL DIFUSO	38
Capítulo 5 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	41
1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	41
2 DIGNIDADE HUMANA E DIREITO PENAL	45
3 A DIGNIDADE HUMANA E O SISTEMA CARCERÁRIO	46
4 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA FASE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: O PAPEL EXERCIDO PELA MÍDIA	49
5 DIGNIDADE HUMANA E CRIMES SEXUAIS. A LEI 12.015/2009.....	51
6 A QUESTÃO DO <i>BULLYING</i> À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA.....	53
7 DIGNIDADE HUMANA E CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO: LESÃO CORPORAL?.....	58
8 PRESCRIÇÃO PENAL E DIGNIDADE HUMANA.....	59
9 DIGNIDADE HUMANA E ABORTO.....	60

	10 A QUESTÃO DA PRISÃO DOMICILIAR.....	62
	11 O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA. APLICABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO?	63
Capítulo 6	PRINCÍPIO DA IGUALDADE	67
	1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	67
	2 CONCEITO E REAL SIGNIFICADO DA IGUALDADE ...	68
	3 ISONOMIA FORMAL E ISONOMIA MATERIAL.....	70
	4 A IGUALDADE NA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	71
	5 A LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006).....	72
	6 A LEI DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (LEI 7.716/1989)....	76
	7 ANÁLISE CRÍTICA DA REDAÇÃO DA LEI DE TORTURA.....	77
	8 A PROTEÇÃO PENAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	77
	9 A PARTE CRIMINAL DO ESTATUTO DO ÍNDIO	80
	10 A IGUALDADE NA EXECUÇÃO PENAL	82
	11 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NOS CRIMES DA LEI DE LICITAÇÕES	84
Capítulo 7	PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ANTERIORIDADE.....	85
	1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	85
	2 O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA NO BRASIL.....	86
	3 SIGNIFICADOS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	87
	4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM HISTÓRICA.....	89
	5 POSTULADOS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	90
	6 O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE.....	91
	7 O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA TEORIA GERAL DO CRIME	93
	8 CARACTERÍSTICAS DO TIPO PENAL. A QUESTÃO DOS TIPOS PENAS ABERTOS E DAS NORMAS PENAS EM BRANCO	94
	9 O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA	96

	10 LEGALIDADE E OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	97
Capítulo 8	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL.....	99
	1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	99
	2 A LEI PROCESSUAL PENAL	101
	3 LEI PENAL BENÉFICA EM PERÍODO DE <i>VACATIO LEGIS</i>	103
	4 A QUESTÃO REFERENTE À LEI 11.464/2007.....	104
	5 A SÚMULA VINCULANTE 26 DO STF	106
	6 A QUESTÃO DA LEI DE DROGAS.....	107
	7 A RETROATIVIDADE DA LEI BENÉFICA E A EXECUÇÃO PENAL	110
	8 A RETROATIVIDADE DA LEI PENAL NOS CRIMES PERMANENTE E CONTINUADO.....	110
	9 A QUESTÃO DAS NORMAS PENAIS EM BRANCO.....	111
Capítulo 9	PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE DA PENA	115
	1 NOÇÕES GERAIS	115
	2 OS EFEITOS DA SANÇÃO PENAL PERANTE TERCEIROS. O ASPECTO INFORMAL DO PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE DA PENA.....	116
	3 A QUESTÃO DA PENA DE MULTA.....	117
Capítulo 10	PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	119
	1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	119
	2 VISÃO GERAL DAS ETAPAS DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	120
	3 INDIVIDUALIZAÇÃO LEGISLATIVA	120
	4 INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL	121
	5 INDIVIDUALIZAÇÃO EXECUTÓRIA.....	145
	6 A QUESTÃO DOS CRIMES HEDIONDOS	147
	7 O ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS	147
	8 INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E DETRAÇÃO (ART. 387, § 2º, CPP).....	148
Capítulo 11	PRINCÍPIO DA HUMANIDADE	151
	1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	151
	2 ASPECTOS HISTÓRICOS	154

	3	O PERÍODO HUMANITÁRIO DO DIREITO PENAL. O PAPEL DE BECCARIA NA DEFESA DE UM DIREITO PENAL HUMANIZADO E PROPORCIONAL.....	156
	4	O PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DAS PENAS EM RELAÇÃO AO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD).....	158
Capítulo 12		PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	161
	1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	161
	2	O PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE.....	162
	3	PRINCÍPIO DA EXCLUSIVA PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS.....	163
	4	A LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E DA FRAGMENTARIEDADE.....	164
	5	ASPECTOS DA POLÍTICA CRIMINAL ATUAL. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E DO CLAMOR PÚBLICO NA ELABORAÇÃO DE LEIS PENAIS	165
Capítulo 13		PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PUNIÇÃO (NE BIS IN IDEM)	169
	1	NOÇÕES GERAIS	169
	2	HIPÓTESE DE EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL.....	169
	3	DETRAÇÃO PENAL	171
Capítulo 14		PRINCÍPIO DA ALTERIDADE.....	173
	1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	173
	2	O PRINCÍPIO DA ALTERIDADE E A AUTOLESÃO	174
	3	A QUESTÃO DA LEI DE DROGAS.....	174
Capítulo 15		PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....	177
	1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	177
	2	SIGNIFICADOS DISTINTOS DA CULPABILIDADE	177
	3	O NEXO DE CAUSALIDADE	178
	4	EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....	179
	5	RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA..	179
	6	A QUESTÃO DA EMBRIAGUEZ.....	181
	7	O DOLO NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	183

8	PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE E DENÚNCIA GENÉRICA.....	184
9	A QUESTÃO DO CRIME DE RACHA (ART. 308, CTB) ...	185
Capítulo 16	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	187
1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	187
2	DAS PROIBIÇÕES DE EXCESSO E PROTEÇÃO INSUFICIENTE	189
3	CONTEÚDO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	189
4	PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.....	191
5	A PROPORCIONALIDADE EM RELAÇÃO À PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	192
6	A QUESTÃO DA PRISÃO CAUTELAR	195
7	AS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL.....	198
8	A PROPORCIONALIDADE NA LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI 9.296/1996).....	200
9	A RECENTE LEI 13.654/2018 E A MODIFICAÇÃO NO DELITO DE ROUBO MAJORADO	203
Capítulo 17	PRINCÍPIO DA LESIVIDADE OU OFENSIVIDADE	205
1	NOÇÕES GERAIS	205
2	OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO	206
Capítulo 18	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	211
1	NOÇÕES GERAIS	211
2	REQUISITOS ESTABELECIDOS PELO STF	212
3	INSIGNIFICÂNCIA E CONDUTAS REITERADAS	215
4	APLICAÇÃO AOS ATOS INFRACIONAIS.....	216
5	INSIGNIFICÂNCIA E ROUBO.....	217
6	INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	217
7	INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES MILITARES	218
8	INAPLICABILIDADE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	219
9	INSIGNIFICÂNCIA DA LEI DE DROGAS	220
10	INSIGNIFICÂNCIA E CORRUPÇÃO	221
11	A QUESTÃO DAS RÁDIOS CLANDESTINAS	222
12	PRINCÍPIO DA BAGATELA IMPRÓPRIA	223

Capítulo 19	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	225
1	NOÇÕES GERAIS	225
2	ADEQUAÇÃO SOCIAL E PIRATARIA.....	227
3	ADEQUAÇÃO SOCIAL E CASA DE PROSTITUIÇÃO ..	229
Capítulo 20	MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS.....	233
1	MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	233
2	CONCEITO E EFEITOS	234
3	CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO	235
4	MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E PROPORCIONALIDADE	237
5	QUADRO GERAL DOS MANDADOS EXPRESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO	238
6	CONTEÚDO DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO	239
7	POSICIONAMENTOS QUE NEGAM A EXISTÊNCIA DOS MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO	240
8	RACISMO.....	241
9	CRIMES HEDIONDOS.....	243
10	TRÁFICO DE DROGAS	246
11	TERRORISMO	246
12	TORTURA	249
13	AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO	250
14	RETENÇÃO DOLOSA DO SALÁRIO DO TRABALHADOR	251
15	MEIO AMBIENTE	251
16	ABUSO, A VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	251
17	MANDADOS IMPLÍCITOS DE CRIMINALIZAÇÃO.....	252
	REFERÊNCIAS	255
	ÍNDICE REMISSIVO.....	259